



Processo nº 135.280/03

CONTRATO Nº 2009/127.0

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A DMS RECICLÁVEIS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS E EFLUENTES POLUENTES GERADOS PELA COORDENAÇÃO DE RÁDIO-IMAGEM DO DEPARTAMENTO MÉDICO, PELA COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DO DEPARTAMENTO DE APOIO PARLAMENTAR E PELO SETOR DE MICROFILMAGEM DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e nove, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a DMS RECICLÁVEIS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. - ME, situada na Quadra 05, Lote 61, Setor de Material de Construção, Ceilândia – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 04.389.820/0001-78, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por sua Sócia-Gerente, a senhora EDIVANE CONCEIÇÃO SOBRAL, brasileira, casada, residente e domiciliada em Ceilândia - DF, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, em especial no seu artigo 25, *caput*, e no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80, de 07/06/01, publicado no D.O.U. de 05/07/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, em especial no seu artigo 21, *caput*, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos poluentes líquidos e sólidos,



recicláveis e não-recicláveis, gerados em processos radiológicos, gráficos e fotográficos pela Coordenação de Rádio-Imagem do Departamento Médico, pela Coordenação de Serviços Gráficos do Departamento de Apoio Parlamentar e pelo Setor de Microfilmagem do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, de acordo com as especificações e demais exigências e condições expressas no presente instrumento e no processo em referência.

Parágrafo único – Faz parte do presente Contrato, para todos os efeitos, a proposta da CONTRATADA, datada de 23/06/09.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor decorrente do presente Contrato, em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais condições constantes de sua proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO, e previsto no subitem 1.2 do referido Edital.

Parágrafo terceiro - As supressões além do limite referido no parágrafo anterior são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do parágrafo 2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A prestação dos serviços objeto deste Contrato tem como objetivo atender as condições estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS da Câmara dos Deputados, nos termos da Resolução RDC-306, de 07/12/04, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, assim como outras leis ambientais que estabelecem o tratamento e destinação ambientalmente adequado de resíduos e efluentes poluentes .

Parágrafo primeiro - A CONTRATADA ficará obrigada a recolher os resíduos e efluentes poluentes descartados pela Coordenação de Rádio-Imagem do DEMED, pela Coordenação de Serviços Gráficos do DEAPA e pelo Setor de Microfilmagem do CEDI da CONTRATANTE, e a lhes dar o tratamento e a destinação adequados, em conformidade com a Resolução nº 306 da ANVISA, datada de 07/12/04, e com as leis ambientais em vigor no País.

Parágrafo segundo - A CONTRATADA efetuará o recolhimento dos resíduos e efluentes poluentes em data determinada pela CONTRATANTE ou quando solicitada pelo órgão fiscalizador, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo emitido um Recibo de Recolhimento, conforme Anexo 2, devidamente assinado pelo responsável da CONTRATANTE e por um representante devidamente identificado da CONTRATADA.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA deverá fornecer os recipientes apropriados para o acondicionamento e transporte dos resíduos e efluentes poluentes recolhidos.



Parágrafo quarto - A CONTRATADA ficará isenta de qualquer responsabilidade no caso de acidente em decorrência do manuseio dos resíduos e efluentes poluentes objeto deste Contrato por terceiros ou por pessoas não autorizadas e habilitadas ao tratamento dos mesmos.

Parágrafo quinto - A CONTRATADA manterá o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, da Secretaria de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente – SEDUMA e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA informadas, sempre que solicitada, quanto ao cadastro de seus clientes que fazem o tratamento determinado pela Resolução nº 306 da ANVISA, entre eles a CONTRATANTE.

Parágrafo sexto - Durante a vigência deste instrumento, a CONTRATADA terá exclusividade na execução dos serviços objeto do presente Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da CONTRATADA as previstas neste instrumento, além de outras que vierem a ser estabelecidas em caráter complementar pelo órgão fiscalizador, desde que se façam necessárias para manter o integral cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como co-Reclamada.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Parágrafo quarto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a sua rescisão, nos termos do disposto no artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA fica obrigada a:



- a) Designar um profissional qualificado e com poderes de supervisão e direção dos trabalhos, devidamente credenciado junto à CONTRATANTE, que sirva de preposto entre a CONTRATANTE e CONTRATADA;
- b) Obedecer, na execução dos serviços, às normas e legislação vigentes no âmbito distrital, municipal, estadual e federal;
- c) Responsabilizar-se pelas licenças técnicas e legais da utilização dos serviços, bem como por todos os tributos federais, estaduais e municipais e contribuições fiscais, previdenciárias e trabalhistas;
- d) Orientar os funcionários da CONTRATANTE sobre como deve ser feito o acondicionamento e transporte interno, assim como dar o devido treinamento para a segurança no trabalho;
- e) Encaminhar o Informativo de Destinação Final de Resíduos Industriais ao IBRAM, com uma via para a CONTRATANTE e duas vias para a CONTRATADA, bem como as notas fiscais dos serviços à CONTRATANTE;
- f) Transportar os resíduos em equipamento estanque devidamente homologado por órgãos oficiais de controle ambiental e de transporte de resíduos e descarregar os mesmos para processamento, mediante Manifesto de Carga e Transporte com descrição do resíduo e efluente, origem e volume transportado, no caso do CGRAF, e Guia de Coleta, no caso do DEMED e do CEDI;
- g) Executar os serviços de maneira correta e segura, utilizando mão-de-obra especializada e maquinário próprio; e
- h) Substituir o(s) funcionário(s) que não corresponda(m) tecnicamente e/ou disciplinarmente às normas administrativas que vigoram no estabelecimento da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Designar funcionários qualificados e com poderes de supervisão e direção dos trabalhos para acompanhar a coleta, pesagem, armazenamento interno e tratamento externo, bem como para controlar os Recibos de Recolhimento e ser fiscais do contrato;
- b) Acondicionar e classificar os efluentes exclusivamente nas embalagens fornecidas pela CONTRATADA;
- c) Fornecer sacos de lixo para o transporte de resíduos sólidos;
- d) Armazenar os resíduos sólidos e líquidos em local seguro inspecionado pela CONTRATADA até a coleta;
- e) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA;
- f) Fornecer à CONTRATADA eventuais informações complementares necessárias à boa execução dos serviços; e



g) Manter em ordem os Recibos de Recolhimento, consolidando os dados ao final de cada semestre.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços, atraso na execução, omissão ou outras faltas, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais penalidades previstas no Anexo único a este Contrato, observadas as condições nele indicadas.

### **CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

O preço total estimado do presente Contrato é de R\$ 34.116,36 (trinta e quatro mil, cento e dezesseis reais e trinta e seis centavos), considerados o valor estimado mensal de R\$ 2.843,03 (dois mil, oitocentos e quarenta e três reais e três centavos) e os seguintes valores constantes da proposta da CONTRATADA:

- Efluentes líquidos (litros/mês): R\$ 1,81 por litro;
- Sólidos não recicláveis (kg/mês): R\$ 0,45 por kg;

Parágrafo primeiro – O pagamento dos serviços entregues à Câmara dos Deputados e por esta aceitos definitivamente será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo órgão fiscalizador.

Parágrafo segundo – A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo terceiro – A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo quarto – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite definitivo dos serviços e da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo quinto - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data referida no caput deste item e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;





VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo sexto - Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212 de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711 de 1998 e n. 11.488 de 2007, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430 de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo sétimo – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRITÉRIO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

Visando à adequação aos novos preços de mercado, e desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação, os preços poderão ser repactuados, cabendo à CONTRATADA, na oportunidade de sua solicitação, justificar e comprovar a variação dos componentes dos custos deste Contrato, apresentando, inclusive, Memória de Cálculo e Planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto das Notas de Empenho n.ºs 2009NE001112, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:  
01031055340610001 – Processo Legislativo - Nacional
- Natureza da Despesa:  
3.0.00.00 - Despesas Correntes  
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Contrato terá vigência de 12/06/09 a 11/06/10, podendo ser prorrogado em conformidade com o artigo 57, inciso II, da LEI, c/c o artigo 105, inciso II, do REGULAMENTO.



Parágrafo único – O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ÓRGÃO FISCALIZADOR**

Consideram-se órgãos fiscalizadores da Câmara dos Deputados, que designarão servidores responsáveis pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização do contrato:

- a) Coordenação de Rádio-Imagem do Departamento Médico;
- b) Coordenação de Serviços Gráficos do Departamento de Apoio Parlamentar; e
- c) Setor de Microfilmagem do Centro de Documentação e Informação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir as dúvidas e questões decorrentes do cumprimento deste Contrato.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 10 (dez) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 12 de junho de 2009.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida  
Diretor-Geral  
CPF nº 358.677.601-20

Edivane Conceição Sobral  
Sócia-Gerente  
CPF nº 552.423.911-20

Testemunhas: 1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_



## **ANEXO 1**

### **DAS PENALIDADES**

Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, conforme a seguinte tabela:

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	R\$50,00
2	R\$100,00
3	R\$150,00
4	R\$200,00
5	R\$300,00
6	R\$500,00

<b>ITEM</b>	<b>INFRAÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1.	Suspender ou interromper os serviços contratuais, salvo por motivo de força maior ou de caso fortuito, por ocorrência e por dia	6
2.	Deixar de recolher ou recolher com atraso, no prazo estipulado pelo órgão fiscalizador, os materiais e produtos descritos no objeto contratual, por dia	5
3.	Permitir situação que crie a possibilidade de causar risco de acidente, dano ambiental, físico ou lesão corporal, por ocorrência	6
4.	Dar tratamento inadequado ou destinação diversa da descrita na legislação aos materiais e produtos recolhidos, por ocorrência	4
5.	Deixar de fornecer os recipientes apropriados para o acondicionamento e transporte dos materiais e produtos a serem recolhidos, por ocorrência	3
6.	Deixar de realizar oficinas, palestras e outras atividades de caráter sócio-ambiental, quando solicitado pelo órgão fiscalizador, por ocorrência	2
7.	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, referente às obrigações contratuais da empresa, por ocorrência	1
8.	Deixar de cumprir quaisquer das obrigações contratuais não previstas nesta tabela de multas, por ocorrência	1





**ANEXO 2**

**RECIBO DE RECOLHIMENTO**

CÂMARA DOS DEPUTADOS Nome do órgão responsável pelas informações:	
<b>RECIBO DE RECOLHIMENTO de resíduos e efluentes poluentes</b>	
Quantidade de efluentes líquidos não recicláveis <sup>1</sup> (litros / mês)	
Quantidade de efluentes líquidos recicláveis <sup>2</sup> (litros / mês)	
Quantidade de sólidos não recicláveis <sup>3</sup> (kg / mês)	
Quantidade de sólidos recicláveis – Chapas de alumínio ou chapas de raio-X (unidades ou kg / mês)	
Data do recolhimento	
Assinatura, nome e ponto do servidor da Câmara responsável pelo recolhimento	
Assinatura e nome do funcionário da DMS responsável pelo recolhimento	

<sup>1</sup> Os líquidos recicláveis incluem a solução de revelador, águas residuais, solventes e outros químicos

<sup>2</sup> O líquido reciclável é representado pela solução de fixador, que contém determinado teor de sais de prata que a torna mais ou menos valiosa

<sup>3</sup> Estopas, panos, embalagens ou quaisquer outros que contenham traços de resíduos ou produtos perigosos